

Carta-resposta à Frente da Moda Mineira

Moda mineira: cultura reconhecida, produção fortalecida e trabalho valorizado

À Frente da Moda Mineira,

Prezadas e prezados,

Agradeço a carta e o convite para dialogar com quem faz a moda acontecer em Minas Gerais. Recebo esse documento como uma contribuição ao desenvolvimento do Estado e como expressão de um trabalho coletivo que merece continuidade. Reconheço o esforço de reunir realidades tão diferentes em uma mesma agenda, sem apagar as particularidades de cada ofício e território.

Antes de chegar a uma loja ou a uma passarela, uma peça passa pelas mãos de muitas pessoas. Há conhecimento na escolha do material, no desenho, na modelagem e na execução. Há também quem administra um pequeno negócio, enfrenta dificuldades para financiar a produção ou procura uma oportunidade para mostrar o que sabe fazer. Quero que a política pública enxergue essa cadeia inteira, inclusive o trabalho que raramente aparece quando o produto fica pronto.

Meu compromisso é incorporar a moda à estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais, reconhecendo suas dimensões cultural, econômica e social. Não basta celebrar a criatividade mineira em uma abertura de evento. Precisamos criar condições para que essa criatividade se transforme em atividade sustentável e renda digna, com oportunidades também fora da capital.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes oferece uma base para essa construção. Propomos valorizar as vocações regionais, aproximar pesquisa e produção, fortalecer o patrimônio cultural e melhorar a capacidade do Estado de executar políticas. Esta carta aplica essas diretrizes à cadeia da moda e acolhe contribuições específicas da Frente, distinguindo as decisões que assumimos dos instrumentos que precisam ser dimensionados.

Respondo aos oito eixos apresentados com essa disposição: construir uma relação em que o setor seja ouvido e receba respostas que possa acompanhar e cobrar.

1. Visibilidade, promoção e turismo

Assumo o compromisso de incluir a moda nas estratégias de promoção cultural, econômica e turística de Minas Gerais. Isso significa reconhecer a produção contemporânea e os saberes tradicionais como partes de uma mesma identidade, sem reduzir a diversidade mineira a uma imagem padronizada.

Os circuitos regionais de cultura e turismo previstos em nosso plano podem incorporar os territórios da moda. Vamos trabalhar com os municípios e com o setor para conectar ateliês, escolas, eventos, fábricas, lojas e museus, respeitando a capacidade de receber visitantes e a rotina de quem produz. A intenção é aproximar o público desses lugares e ampliar as oportunidades comerciais, não transformar o trabalho dos profissionais em atração sem remuneração.

Apoio integrar o Minas Trend e outros eventos regionais à promoção de Minas Gerais, com espaço para pequenos negócios e produção autoral. A sinalização em Confins e nas demais portas de entrada será objeto de articulação com seus responsáveis. A campanha de valorização do consumo local proposta pela Frente poderá contribuir para essa estratégia, com caráter educativo e impessoal, sem impor escolhas de vestuário aos servidores ou converter comunicação pública em publicidade privilegiada de marcas.

Também apoio desenvolver o selo de origem sugerido pela FMM. Sua credibilidade dependerá de critérios que distingam o lugar de criação, o lugar de fabricação e a procedência dos materiais. Essas informações não são equivalentes e precisam ser compreensíveis para quem compra. A adesão deverá ser acessível aos pequenos produtores, com verificação proporcional e sem criar uma certificação cara que exclua justamente quem queremos valorizar.

Quanto ao Dia da Moda de Minas Gerais, apoio sua institucionalização pelo instrumento adequado, associada a atividades de formação e valorização dos profissionais. Reconhecimento precisa abrir oportunidades, não apenas acrescentar uma data ao calendário.

2. Cultura da moda

Nosso plano prevê o Mapa Estadual da Cultura, a proteção dos mestres de ofício e o fortalecimento do Iepha-MG. A moda terá lugar nessa política, com reconhecimento de suas manifestações próprias e sem diluí-las em classificações que escondam suas particularidades.

Vamos incorporar os ofícios tradicionais da moda ao inventário participativo do patrimônio cultural, com identificação de seus detentores e das condições necessárias à transmissão dos conhecimentos. Defendo remunerar a participação de mestres nas ações públicas de formação. Preservar um saber exige cuidar das pessoas que o mantêm vivo e garantir que elas participem das decisões sobre sua utilização.

Sou favorável ao reconhecimento cultural do Pano de Minas e dos saberes relacionados às joias de coco e ouro de Diamantina. Assumo dar encaminhamento aos respectivos processos de proteção patrimonial, com escuta das comunidades e suporte técnico do Iepha-MG. A decisão formal deverá respeitar os procedimentos e as instâncias competentes. O compromisso do governo será assegurar condições para a análise e, depois, sustentar as medidas de salvaguarda, em vez de tratar o reconhecimento como ponto de chegada.

Apoio organizar a documentação da moda em articulação com o Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual e as instituições que preservam seus acervos. Um arquivo digital deverá facilitar o acesso e respeitar os direitos de autoria e de imagem. A cooperação com o MUMO será construída com Belo Horizonte, enquanto o apoio ao Museu do Bordado e a outros acervos observará suas necessidades e responsabilidades institucionais. Exposições itinerantes podem aproximar essa memória das escolas e do interior.

Defendo editais que reconheçam a dimensão cultural da moda, com calendário e critérios públicos, utilizando os instrumentos estaduais e os recursos da Política Nacional Aldir Blanc conforme suas finalidades. O financiamento de criação artística e preservação cultural precisa ser distinguido do crédito para atividade comercial. Ambos podem ser importantes, cada qual com seu instrumento.

3. Fomento e planejamento

A cadeia da moda terá uma referência institucional definida dentro do governo. Minha proposta é atribuir essa responsabilidade à estrutura existente, com coordenação entre as áreas de cultura, desenvolvimento econômico, educação, inovação, meio ambiente e proteção social. O setor precisa saber a quem apresentar uma demanda e quem deverá responder por seu encaminhamento.

A criação de um novo cargo não será apresentada como solução suficiente. O essencial é ter atribuições, equipe, metas e meios de execução. Os Governos Regionais previstos no plano ajudarão a identificar necessidades e a aproximar os polos produtivos das decisões estaduais, sem criar mais uma etapa burocrática.

O Passarela Liberdade, apresentado pela Frente como plano executivo da moda, será considerado como referência para construir essa agenda. Seu detalhamento deverá ser examinado com o setor e integrado ao planejamento plurianual. Assumo planejar o financiamento das ações selecionadas, com fontes identificadas e execução transparente. Não seria correto prometer orçamento ilimitado para um conjunto de medidas ainda não dimensionado. Também não seria correto lançar um programa sem indicar como ele funcionará depois do anúncio.

Determinarei ao BDMG que examine, em diálogo com a cadeia, a adequação dos instrumentos de financiamento às suas necessidades. A análise deverá contemplar capital de giro, eficiência energética, máquinas e tecnologia, além das condições de acesso de cooperativas, marcas autorais, microempreendedores individuais e pequenas unidades produtivas. Linhas específicas ou mecanismos de microcrédito precisarão demonstrar demanda e viabilidade. Eventual subsídio terá seu custo explicitado.

A carta faz uma observação importante ao associar crédito a planejamento. Apoio construir, com o Sebrae-MG e outros parceiros, ações de educação financeira e gestão que ajudem a organizar compras, estoques, fluxo de caixa, formação de preços e vendas. Essa orientação deve considerar a realidade de cada empreendimento, sem transformar dificuldades econômicas complexas em culpa individual de quem empreende.

A formalização também será tratada como acesso a oportunidades. Quero aproximar as pequenas unidades de assistência técnica e mercados, preservando a autonomia de criadores e trabalhadores. A produção autoral e a produção feita à mão não podem depender de intermediários para serem ouvidas pelo Estado.

4. Competitividade e tributação

Assumo revisar os entraves tributários e simplificar os procedimentos estaduais que afetam a cadeia da moda. A Secretaria de Estado de Fazenda deverá conduzir esse trabalho com dados e diálogo, distinguindo os regimes das empresas e as operações realizadas. Uma confecção industrial e uma pequena marca autoral não enfrentam necessariamente os mesmos problemas.

A análise abrangerá as obrigações acessórias e as situações relacionadas ao ICMS, à substituição tributária e ao diferencial de alíquotas, incluindo as compras de insumos apontadas pela Frente. Vamos comparar o custo efetivo de produzir em Minas Gerais com o de outros estados e identificar o que decorre da tributação, o que resulta de procedimentos desnecessários e o que exige articulação nacional. Esse trabalho também deverá preparar o setor para a transição da reforma tributária.

Recebo a redução de alíquotas como uma proposta a ser examinada, sem anunciar previamente um percentual ou uma equiparação automática. Nosso plano estabelece que benefícios fiscais devem demonstrar contrapartidas, custo, objetivo e resultado. Essa regra permite apoiar investimentos justificáveis e rever vantagens que não entregam retorno público. Atração de novos empreendimentos e fortalecimento de quem já produz aqui deverão fazer parte da mesma estratégia.

A reivindicação de regularização fiscal merece resposta específica. Assumo avaliar um programa voltado aos obstáculos enfrentados pelas pequenas empresas da cadeia, com participação da Fazenda e da Advocacia-Geral do Estado. O estudo deverá considerar os débitos indicados na carta e examinar condições de parcelamento e, quando juridicamente cabíveis, reduções de encargos. Qualquer proposta precisará demonstrar impacto fiscal e capacidade de pagamento, sem premiar a inadimplência deliberada nem desrespeitar quem mantém suas obrigações em dia.

Quanto à concorrência internacional, defenderei condições isonômicas e atuação contra fraudes, em cooperação com as autoridades federais. A resposta deverá considerar também as empresas mineiras que utilizam insumos importados. O objetivo é permitir que a produção local concorra com justiça, sem criar uma solução que encareça seus próprios materiais.

5. Comercialização e expansão de mercado

Acolho a prioridade atribuída pela FMM às compras públicas. Essa será uma das primeiras frentes de trabalho da interlocução setorial, porque permite examinar como demandas do próprio Estado podem ser atendidas com mais competição e participação de pequenos fornecedores.

Vamos organizar informações sobre as compras previstas e oferecer orientação para que os empreendimentos compreendam os requisitos de participação. Os editais deverão evitar exigências desnecessárias e avaliar o parcelamento dos objetos em lotes compatíveis com o mercado, quando adequado. Utilizaremos os instrumentos legais de tratamento favorecido aos pequenos negócios e as possibilidades de incentivo ao desenvolvimento regional, com justificativa e transparência.

Não prometo uma reserva geral de mercado baseada apenas na localização da empresa. Prometo trabalhar para que um fornecedor capaz de entregar com qualidade não seja afastado por barreiras que poderiam ser removidas. A administração também deverá planejar suas encomendas e honrar os pagamentos. Para uma pequena empresa, vender ao Estado não pode significar trocar a dificuldade de encontrar cliente pela dificuldade de receber.

Apoio incorporar a proposta de promoção comercial apresentada como “Minas Exporta Moda” às ações de internacionalização, evitando estruturas paralelas quando os instrumentos existentes puderem cumprir essa função. A cooperação com a ApexBrasil, o BDMG e a Invest Minas poderá ajudar na preparação das empresas e na aproximação com compradores.

O apoio à participação em feiras, missões comerciais, rodadas de negócios e showrooms deverá observar critérios públicos e diversidade regional. A preparação anterior e o acompanhamento posterior serão parte da política. Não basta financiar uma viagem: é preciso verificar se a empresa conseguiu estabelecer relações comerciais e se tem condições de atender à demanda.

Também examinaremos espaços de comercialização associados a aeroportos, equipamentos culturais e hotéis, mediante pactuação com seus responsáveis. A participação deverá dar visibilidade às diferentes regiões e oferecer condições claras aos produtores.

6. Formação, trabalho e qualificação

A formação será orientada pelas necessidades dos territórios e pelas oportunidades de trabalho. Nosso plano propõe aproximar instituições de ensino e setor produtivo, preservando a autonomia acadêmica. A moda oferece possibilidades concretas para aplicar essa diretriz.

Vamos construir a oferta com institutos federais, instituições do Sistema S e universidades, incluindo a UEMG e a Unimontes conforme suas capacidades e vocações. A escuta deverá alcançar alfaiates, bordadeiras, costureiras, joalheiros, modelistas, pilotistas, sapateiros e tecelãs, além das demais atividades da cadeia.

A qualificação combinará saberes do ofício com conhecimentos de comércio eletrônico, gestão, inteligência artificial, modelagem digital e prototipagem. A formação continuada dos empreendedores também deverá tratar de acesso a políticas públicas, exportação, planejamento de compras, precificação, propriedade intelectual e vendas.

Apoio articular aprendizagem profissional, estágios e projetos aplicados entre estudantes e empresas, com supervisão e respeito às regras de cada modalidade. Essas experiências precisam ampliar a formação, sem utilizar o estudante como substituto de contratação regular.

Quanto ao Trajeto Moda, acolho a proposta de continuidade de sua finalidade de inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres, com avaliação para preservar o que funciona e corrigir dificuldades. Essa orientação dialoga com a Rede Estadual de Recomeço prevista no nosso plano. A participação deverá considerar as barreiras concretas de quem precisa conciliar cuidado familiar, deslocamento e trabalho.

Quero que a política abra escolhas, seja para o emprego formal, seja para o negócio próprio. Seu resultado não será medido apenas pelo número de certificados, e sim pela possibilidade de trabalhar em condições dignas e ampliar a renda.

7. Inovação, tecnologia e sustentabilidade

A moda será considerada na aplicação da nossa política de inovação às vocações regionais. A Fapemig poderá apoiar pesquisa aplicada conforme os critérios de seus instrumentos, enquanto a aproximação com empresas e universidades permitirá transformar problemas produtivos em projetos verificáveis.

Apoio estruturar acesso compartilhado a equipamentos e laboratórios, começando pelo levantamento da capacidade já existente. O desenho deverá considerar corte automatizado, desenvolvimento de materiais, modelagem tridimensional e prototipagem digital, com regras de uso acessíveis aos pequenos negócios. Antes de construir um novo espaço, precisamos conhecer a demanda e garantir condições de operação e manutenção.

Defendo uma política estadual de incentivo à moda sustentável, aproveitando o debate apresentado pela Frente em torno do Projeto de Lei nº 2.378/2024. Atuaremos com a Assembleia Legislativa para construir os instrumentos adequados e dar consequência prática à agenda. Sustentabilidade deverá aparecer no processo produtivo, não apenas na comunicação de uma coleção.

Apoio projetos territoriais para coleta, reaproveitamento, reciclagem e triagem de resíduos têxteis, conectando quem gera esses materiais a quem pode utilizá-los. Os projetos precisarão avaliar a logística e a viabilidade econômica, com responsabilidades definidas. O papel público será articular e induzir soluções, sem assumir indistintamente todos os custos privados da destinação dos resíduos.

A transparência sobre inteligência artificial proposta pela FMM também merece acolhimento. Nos conteúdos de moda produzidos pelo governo ou apoiados com recursos estaduais, defendo informar o uso relevante de conteúdo gerado por inteligência artificial, com regras proporcionais e tecnicamente claras. O desenho deverá distinguir o conteúdo gerado por IA do trabalho humano assistido por ferramentas digitais, sem tratar qualquer recurso de edição como equivalente à substituição da autoria.

Essa informação deve ser separada da certificação de origem do produto. Uma imagem gerada por IA não informa, por si só, onde uma peça foi fabricada ou quem a produziu. As condições de transparência nos instrumentos estaduais serão construídas com o setor, observando competências e evitando custos desproporcionais aos pequenos criadores.

Quero que a tecnologia ajude a criar e produzir melhor, com respeito à autoria e informação honesta para quem compra.

8. Governança e participação do setor

Assumo o compromisso de estabelecer uma instância permanente de diálogo com a cadeia da moda, conectada à referência institucional responsável por essa agenda. A composição deverá contemplar diferentes regiões e segmentos, incluindo quem trabalha em pequenas unidades e quem produz fora dos centros mais conhecidos.

O diálogo terá calendário e registro dos encaminhamentos. Cada demanda deverá receber uma resposta, inclusive quando não puder ser acolhida, com apresentação das razões e das alternativas possíveis. A participação da FMM será importante nessa construção, sem exclusividade de representação ou fechamento à contribuição de outros atores.

Apoio a realização anual do Encontro Estadual da Moda de Minas Gerais, orientado à avaliação das ações e à definição das prioridades seguintes. Também assegurarei espaço para a contribuição do setor nos processos de revisão das políticas culturais estaduais, respeitando as instâncias de participação.

Quanto ao Observatório da Moda Mineira, proponho organizar uma rede de produção e utilização de informações com apoio da Fundação João Pinheiro e de instituições de pesquisa. O primeiro passo será reunir as bases existentes e identificar as lacunas. Não precisamos criar uma nova autarquia para acompanhar emprego, formação, produção e renda, além dos efeitos das transformações tecnológicas sobre o setor.

A Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais prevista no plano oferecerá uma referência de método: conhecer o alcance das políticas e corrigir o que não entrega o resultado esperado. O setor deve participar da avaliação, e o governo deve ter disposição para aprender com ela.

Uma agenda para começar e continuar

As quinze prioridades reunidas ao final da carta estão contempladas nesta resposta. Algumas exigem decisões de organização e orientação do governo. Outras precisam de cooperação institucional, elaboração técnica ou previsão orçamentária. Essa diferença deve permitir ordenar a execução, não servir de justificativa para deixar tudo indefinidamente em estudo.

No início da gestão, pretendo estabelecer a interlocução permanente e definir os responsáveis pelo trabalho. As compras públicas e os entraves enfrentados pelos pequenos produtores serão frentes iniciais. A partir daí, construiremos uma agenda de execução que integre os instrumentos culturais, financeiros e produtivos, com atenção às diferentes regiões.

Cada ação selecionada deverá explicitar competência, custo, fonte de financiamento, indicador, prazo e responsável. Os recursos serão planejados conforme a natureza de cada medida: crédito não é subsídio, investimento não substitui custeio e fomento cultural não se confunde com financiamento comercial. Essa clareza é necessária para dar continuidade aos compromissos e permitir que o setor se prepare.

Aceito o convite para o Encontro Setorial da Moda Mineira. Quero que essa conversa ajude a aperfeiçoar os encaminhamentos e a identificar o que pode começar antes, aproveitando o conhecimento já construído pela Frente. Não seria respeitoso pedir que o setor recommençasse do zero a cada mudança de governo.

Agradeço por apresentarem uma agenda que combina ambição com disposição para trabalhar em conjunto. Meu compromisso é que a moda encontre no Governo de Minas Gerais um interlocutor presente, capaz de reconhecer sua contribuição e de enfrentar os obstáculos dentro das responsabilidades do Estado.

Quero que uma costureira tenha seu trabalho valorizado. Que um pequeno fabricante consiga planejar a produção. Que um estudante encontre oportunidade para aplicar o que aprendeu. Que um mestre de ofício possa transmitir seu conhecimento com reconhecimento e remuneração. E que essas possibilidades não dependam de morar perto da capital.

A moda mineira precisa ser reconhecida pelo que cria e fortalecida pelas condições que oferecemos a quem a faz. É essa relação que proponho construir com vocês.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB